



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS



Universidade Federal
Ouro Preto

CORPO LOGÍSTICO: SUBJETIVIDADE, SOFRIMENTO E PODER
ALGORÍTMICO NO TRABALHO DE PLATAFORMA

ELVIS RÊGO DE FREITAS

MARIANA

2026

ELVIS RÊGO DE FREITAS

**CORPO LOGÍSTICO: SUBJETIVIDADE, SOFRIMENTO E PODER ALGORÍTMICO
NO TRABALHO DE PLATAFORMA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Universidade Federal de Ouro
Preto como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Diego Luiz Teixeira
Boava

Co-orientadora: Prof. Dra. Fernanda Maria
Félicio Macedo Boava

MARIANA

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F866c Freitas, Elvis Rego De.

Corpo logístico [manuscrito]: subjetividade, sofrimento e poder
algorítmico no trabalho de plataforma. / Elvis Rego De Freitas. - 2026.
25 f.: il.: color..

Orientador: Prof. Dr. Diego Luiz Teixeira Boava.

Coorientadora: Profa. Dra. Fernanda Maria Felício Macedo Boava.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Administração .

1. Higiene do trabalho. 2. Linguagem de programação
(Computadores). 3. Logística empresarial. 4. Plataforma aberta da Web.
5. Subjetividade. 6. Trabalhadores - Atitudes. 7. Trabalhadores -
Disciplina. 8. Segurança do trabalho. I. Boava, Diego Luiz Teixeira. II.
Boava, Fernanda Maria Felício Macedo. III. Universidade Federal de Ouro
Preto. IV. Título.

CDU 658.2/.8

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6 1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Elvis Rêgo de Freitas

Corpo logístico: subjetividade, sofrimento e poder algorítmico no trabalho de plataforma

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração,

Aprovada em 29 de julho de 2026.

Membros da banca

Dr. Diego Luiz Teixeira Boava - Orientador Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Fernanda Maria Felício Macedo Boava - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. José Fernando Miranda - Universidade Federal de Ouro Preto

Dr. Diego Luiz Teixeira Boava, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/08/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Luiz Teixeira Boava, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/07/2026, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1149493** e o código CRC **54FCA040**.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria das Dores, meu porto seguro e maior exemplo de vida. Agradeço por seu amor incondicional, por cada oração. Tudo o que sou e conquistei devo à sua dedicação.

À minha esposa, Karine, minha companheira de todas as horas. Obrigado por sua paciência infinita, pela compreensão nos dias de ausência e por caminhar ao meu lado incentivando cada passo. O seu apoio inabalável e a sua fé no meu potencial foram o combustível que me manteve de pé até à linha de chegada.

Aos meus orientadores, Diego Boava e Fernanda Macedo, pela condução brilhante deste trabalho. Minha profunda gratidão não apenas pelo conhecimento compartilhado, pela orientação técnica e pelo rigor acadêmico, mas principalmente por acreditarem em mim e por jamais desistirem da minha jornada ao longo de todo este processo.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste sonho, a minha eterna gratidão.

RESUMO

Este ensaio analisa as transformações do trabalho mediado por plataformas digitais a partir da noção de corpo logístico. Argumenta-se que a inovação algorítmica não apenas reorganiza processos produtivos, mas produz uma mutação na forma de governar corpos e subjetividades, convertendo a experiência vivida em dado operacional. Por meio de uma abordagem teórico-crítica, articulando estudos sobre governamentalidade algorítmica, redes sociotécnicas e fenomenologia, o texto examina como dispositivos como GPS e métricas de performance reduzem o trabalhador a ponto georreferenciado e variável mensurável. Analisa-se, ainda, a captura do cansaço e da exaustão como informações processáveis, deslocando o sofrimento do campo da experiência para o da otimização. Sustenta-se que o trabalho por aplicativos constitui um laboratório privilegiado de produção contemporânea de subjetividades, marcado pela dissociação entre corpo vivido e corpo calculado bem como por formas específicas de despersonalização e resistência.

Palavras-chave: Trabalho em Plataformas. Inovação Algorítmica. Governamentalidade. Subjetividade. Corpo.

ABSTRACT

This essay analyzes transformations in work mediated by digital platforms through the notion of the logistical body. It argues that algorithmic innovation not only reorganizes productive processes but also produces a mutation in the governance of bodies and subjectivities, converting lived experience into operational data. Through a critical theoretical approach that articulates studies on algorithmic governmentality, sociotechnical networks, and phenomenology, the text examines how devices such as GPS and performance metrics reduce workers to georeferenced points and measurable variables. It also analyzes the capture of fatigue and exhaustion as processable information, displacing suffering from the realm of experience to that of optimization. The article argues that app-based work constitutes a privileged laboratory for the contemporary production of subjectivities, marked by a dissociation between the lived body and the calculated body, as well as by specific forms of depersonalization and resistance.

Keywords: Platform Work. Algorithmic Innovation. Governmentability. Subjectivity. Body.

RESUMEN

Este ensayo analiza las transformaciones del trabajo mediado por plataformas digitales a partir de la noción de cuerpo logístico. Se sostiene que la innovación algorítmica no solo reorganiza los procesos productivos, sino que produce una mutación en las formas de gobernar cuerpos y subjetividades, convirtiendo la experiencia vivida en dato operacional. A través de un enfoque teórico-crítico que articula estudios sobre gubernamentalidad algorítmica, redes sociotécnicas y fenomenología, el texto examina cómo dispositivos como el GPS y las métricas de desempeño reducen al trabajador a un punto georreferenciado y a una variable mensurable. Asimismo, se analiza la captura del cansancio y del agotamiento como información procesable, desplazando el sufrimiento del campo de la experiencia al de la optimización. Se argumenta que el trabajo constituye un laboratorio privilegiado de producción contemporánea de subjetividades, marcado por la disociación entre cuerpo vivido y cuerpo calculado, así como por formas específicas de despersonalización y resistencia.

Palabras clave: Trabajo en Plataformas. Innovación Algorítmica. Gubernamentalidad. Subjetividad. Cuerpo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. O CORPO COMO DISPOSITIVO: DA DISCIPLINA À LOGÍSTICA.....	9
2.1 Do Corpo Moldado ao Corpo Modulado: Disciplina, Flexibilização e Subjetividade.....	10
2.2 O Corpo Logístico: Calculabilidade, Infraestrutura e Dessubjetivação.....	11
3. O TRABALHADOR COMO PONTO: GPS, MÉTRICA E DESPERSONALIZAÇÃO	13
3.1 GPS, Geolocalização e Produção do Corpo-Ponto.....	14
3.2 Métricas, IA e a Quantificação da Subjetividade	15
3.3 O Cansaço como Métrica: Quando o Sofrimento Vira Dado	17
3.4 Do Corpo Sensível ao Corpo-Métrica: Subsunção Algorítmica do Sofrimento.....	18
3.5 Dessubjetivação, Descartabilidade e Resistências Corporais	19
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

O que ocorre quando o corpo humano deixa de ser sujeito do trabalho e passa a operar como infraestrutura de redes sociotécnicas algorítmicas? Essa questão aponta para uma transformação nas formas atuais de organização do trabalho e nos modos de produção de subjetividade associados às plataformas digitais. Em atividades como entrega, transporte, limpeza e cuidado, consolida-se um regime que não se limita à exploração da força de trabalho em sentido clássico, mas promove uma expropriação mais radical: a conversão da experiência vivida em dado processável, do corpo em ponto móvel, da subjetividade em estrutura operacional.

Nesse contexto, o trabalhador de plataformas não trabalha simplesmente *com* tecnologia, mas é governado por dispositivos algorítmicos, tornando-se componente funcional de sistemas de otimização contínua. Essa condição não apenas intensifica a precarização, mas altera o próprio estatuto do trabalho e do trabalhador. As redes sociotécnicas que sustentam as plataformas digitais redesenham as fronteiras entre sujeito e objeto, ação e reação, experiência e funcionamento, deslocando o trabalho do campo do vivido para o da operacionalidade técnica.

Foucault (2022) demonstrou como diferentes tecnologias de poder produzem diferentes formas de subjetivação. Se as sociedades disciplinares fabricavam “corpos dóceis” por meio do adestramento e da vigilância (Foucault, 2014), e o biopoder regulava populações por meio de estatísticas da vida, o regime algorítmico das plataformas exige novas categorias analíticas. Não se trata apenas de disciplinar corpos ou gerir populações, mas de integrar a vida cotidiana a arquiteturas logísticas de circulação, controle e extração de valor.

A governamentalidade algorítmica desloca os eixos tradicionais de reconhecimento, autonomia e sofrimento, exigindo novas categorias para pensar a experiência do trabalhador para além da dicotomia entre dominação e resistência. Ao analisar o trabalho por plataformas como laboratório contemporâneo de subjetivação, este ensaio busca contribuir para os debates psicossociais sobre poder, cognição e sofrimento no capitalismo digital.

A logística, entendida como racionalidade governamental e não apenas como técnica operacional, constitui o paradigma organizador do trabalho em plataformas digitais. Cowen (2014) argumenta que a logística opera como uma forma de poder capaz de reorganizar territórios, corpos e relações sociais. No trabalho por aplicativo, essa racionalidade se materializa na conversão

sistemática do trabalhador em ponto georreferenciado, cuja trajetória, velocidade, disponibilidade e estados afetivos são continuamente mensurados e ajustados por algoritmos opacos aos próprios sujeitos que deles dependem (Rosenblat, 2018).

O capitalismo de plataformas pode ser compreendido, então, como uma forma de extrativismo digital, no qual não se extraem apenas recursos naturais, mas dados, comportamentos e experiências humanas. Nesse sentido, a lógica das plataformas aproxima-se das formas contemporâneas de extrativismo analisadas por Boava et al. (2026), que mostram como o modelo extrativista contemporâneo produz vestígios, impactos e temporalidades próprias, revelando as contradições entre desenvolvimento técnico e exploração de recursos. No trabalho por plataformas, o recurso explorado passa a ser a própria vida cotidiana convertida em dado.

Casilli (2019) amplia essa compreensão ao mostrar que o trabalho digital inclui todas as atividades produtoras de dados. O trabalhador de plataforma é, assim, duplamente capturado: pelo serviço que executa e pelas informações que gera ao executá-lo. Seu corpo em movimento funciona simultaneamente como força de trabalho e como sensor; sua fadiga, como limite orgânico e como informação estratégica para o sistema.

Este texto propõe um ensaio crítico sobre as formas contemporâneas de captura da vida por redes sociotécnicas algorítmicas, compreendendo o ensaio não apenas como gênero textual, mas como forma de produção de conhecimento que privilegia a reflexão crítica.

O artigo organiza-se em três análises. Inicialmente, examina-se como o corpo do trabalhador é constituído como dispositivo funcional à racionalidade logística, marcando a transição do regime disciplinar para formas de modulação contínua. Em seguida, analisa-se a redução do trabalhador a "ponto móvel" em sistemas algorítmicos, com ênfase no papel do GPS e das métricas de performance como tecnologias de governo. Por fim, investiga-se a captura do sofrimento, mostrando como o cansaço e a exaustão deixam de operar como limites e passam a integrar os circuitos de cálculo e otimização.

Sustenta-se, em síntese, que a governamentalidade algorítmica do trabalho não apenas reorganiza processos produtivos, mas produz modos específicos de subjetivação, ao transformar o corpo humano em infraestrutura logística e deslocar a experiência do trabalho do campo do vivido para o da gestão contínua.

2. O CORPO COMO DISPOSITIVO: DA DISCIPLINA À LOGÍSTICA

A imagem foucaultiana do Panóptico tornou-se um dos símbolos mais duradouros da crítica às sociedades disciplinares. A visibilidade assimétrica, na qual o sujeito nunca sabe se está sendo observado, produz autovigilância e docilidade. Contudo, a governamentalidade algorítmica que estrutura o trabalho em plataformas não pode ser compreendida como uma simples atualização digital dessa lógica. O poder algorítmico não opera prioritariamente pela visibilidade, mas pela calculabilidade, não pela punição corretiva, mas pela antecipação estatística e pelo ajuste contínuo. Para compreender essa mutação, é necessário reconstruir genealogicamente as tecnologias de governo do corpo, do molde disciplinar à integração logística do corpo como infraestrutura.

2.1 Do Corpo Moldado ao Corpo Modulado: Disciplina, Flexibilização e Subjetividade

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2014) demonstra como a disciplina constituiu uma tecnologia de poder voltada à fabricação de corpos dóceis, economicamente úteis e politicamente submissos. A disciplina opera por meio da organização minuciosa do espaço, do controle rigoroso do tempo e da vigilância hierárquica combinada ao exame normalizador. A fábrica taylorista sintetiza essa racionalidade: o trabalhador é fixado a um posto, seus gestos são decompostos, mensurados e ajustados a uma norma. O corpo disciplinado é um corpo moldado, produzido por repetição e estabilização, e a subjetividade que emerge desse processo é marcada pela internalização da norma e pela identificação moral com o trabalho.

A transição para o pós-fordismo não rompe com essa lógica, mas a transforma. Como observa Deleuze (2017), o poder deixa de operar por moldes fixos e passa a funcionar por modulação contínua, ajustando-se de forma flexível às variações do ambiente. Nesse regime, emerge o corpo flexível: não mais preso a um posto, mas compelido à mobilidade permanente; não mais portador de uma qualificação estável, mas submetido à exigência de atualização constante. Sennett (2015) mostra como essa flexibilização corrói as estruturas temporais que permitiam narrativas biográficas coerentes, produzindo sujeitos orientados pela adaptação incessante.

Autores como Lazzarato (2006) e Berardi (2009) aprofundam essa análise ao mostrar que o trabalho contemporâneo mobiliza diretamente capacidades subjetivas (atenção, afetividade, comunicação) dissolvendo as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de vida. Trata-se de um

regime que ainda reconhece o trabalhador como sujeito, embora instável e precarizado, exigindo dele iniciativa, engajamento e gestão de si. A exploração opera, aqui, por meio da subjetivação.

A temporalidade do trabalho por plataformas não é mais organizada por jornadas fixas, mas por um regime de disponibilidade contínua e modulação em tempo real. Diferentes formas de organização do tempo produzem diferentes formas de experiência. Como observam Boava, Macedo e Inácio (2025), existem experiências temporais que suspendem o tempo cronológico e intensificam o presente, produzindo uma temporalidade qualitativa da experiência. No trabalho por plataformas, ocorre o inverso: o tempo vivido é subordinado ao tempo algorítmico, orientado pela eficiência, pela velocidade e pela otimização contínua.

Apesar de suas diferenças internas, essas análises compartilham um pressuposto comum: a centralidade da subjetividade como mediação fundamental da exploração. Mesmo quando precarizado, instável ou sobrecarregado, o trabalhador permanece concebido como sujeito que investe afetos, mobiliza competências e internaliza imperativos de desempenho. A governamentalidade opera, nesse quadro, por meio da responsabilização individual, da gestão de si e da incorporação de normas flexíveis, mantendo a subjetividade como eixo organizador do processo produtivo. É precisamente esse pressuposto que começa a se deslocar no trabalho mediado por plataformas digitais.

Entretanto, essa literatura não explica inteiramente o que se consolida no trabalho por plataformas. O regime algorítmico não se limita a modular um sujeito flexível; ele reconfigura o estatuto do corpo, integrando-o diretamente a sistemas de cálculo e otimização. O que surge não é apenas uma nova forma de subjetivação, mas um deslocamento mais profundo: do corpo como sujeito governado para o corpo como componente funcional de redes sociotécnicas.

2.2 O Corpo Logístico: Calculabilidade, Infraestrutura e Dessubjetivação

O corpo logístico, assim, não é moldado nem modulado: ele é calculado. Sua característica central não é a docilidade nem a flexibilidade, mas a operacionalidade mensurável. Cowen (2014) demonstra como a logística se tornou uma racionalidade geral de organização de fluxos (de mercadorias, informações e pessoas) governando não por normas explícitas, mas pela otimização contínua de variáveis. No trabalho em plataformas digitais, essa racionalidade atinge sua forma mais acabada.

O trabalhador não é formado nem contratado para uma função estável; ele é ativado conforme demandas em tempo real. Como mostra Rosenblat (2018), o algoritmo não negocia nem explica: ele aloca, redistribui e ajusta recursos segundo critérios opacos aos próprios trabalhadores. O corpo passa a ser tratado como um ponto georreferenciado, cuja trajetória, velocidade, disponibilidade e desempenho são continuamente processados.

O conceito foucaultiano de dispositivo é útil para compreender esse regime. Para Foucault (2021), o dispositivo é um conjunto heterogêneo de elementos (técnicos, discursivos e institucionais) articulados para responder a uma urgência histórica. O corpo logístico constitui precisamente um dispositivo, produzido pela articulação entre GPS, algoritmos de precificação dinâmica, métricas de performance, interfaces de gamificação e discursos de autonomia. Agamben (2009) amplia essa noção ao definir dispositivo como tudo aquilo que captura e orienta condutas. No regime algorítmico, essa captura não se funda na visibilidade, mas na calculabilidade.

A metáfora do Panóptico torna-se, assim, insuficiente. O poder algorítmico não observa para punir, mas calcula para antecipar. Como formulam Rouvroy e Berns (2015), trata-se de uma governamentalidade algorítmica que governa não sujeitos reflexivos, mas perfis probabilísticos, intervindo no ambiente antes mesmo que a ação consciente ocorra. O trabalhador não recebe ordens explícitas para trabalhar mais; ele é induzido por ajustes de incentivos, redistribuição de demandas e pressões temporais invisíveis.

A opacidade desse processo é constitutiva. Pasquale (2016) e O'Neil (2016) mostram como os algoritmos operam como caixas-pretas, inacessíveis à contestação. Nas plataformas, essa opacidade produz uma forma específica de dessubjetivação: o trabalhador não internaliza normas nem desenvolve competências reflexivas, mas responde a sinais do sistema por tentativa e erro. Como observa Gillespie (2014), trata-se da produção de sujeitos calculáveis.

Surge, assim, o corpo-dispositivo: não um corpo governado por dispositivos, mas um corpo que funciona como dispositivo; sensor, interface e atuador ao mesmo tempo. O corpo logístico é infraestrutura no sentido proposto por Star (1999): ele desaparece quando funciona e torna-se visível apenas quando falha. Não é plenamente sujeito nem mero objeto, mas meio operacional de redes sociotécnicas.

Essa transformação marca uma mutação ontológica na relação entre trabalho, corpo e subjetividade. O corpo disciplinado era moldado; o corpo flexível, subjetivado; o corpo logístico é infraestrutura operacional. Não por acaso, o vocabulário das plataformas é desumanizante:

trabalhadores são “ativos” ou “inativos”, “conectados” ou “desconectados”, categorias indistintas das aplicadas a máquinas.

A governamentalidade algorítmica opera, assim, aquém da consciência reflexiva. Não exige compreensão, apenas resposta. Governa pela ativação, não pela formação. Podemos sintetizar essa mutação em três deslocamentos fundamentais: da visibilidade à calculabilidade, da punição ao ajuste e da subjetivação à infraestruturação do corpo. É a partir dessa condição que se torna possível investigar, adiante, a captura do sofrimento e a transformação do cansaço em métrica operacional.

O conceito de corpo logístico, tal como proposto neste ensaio, não descreve apenas um corpo submetido a tecnologias de controle, mas um corpo cuja inteligibilidade passa a ser definida prioritariamente por sua capacidade de ser integrado a sistemas de cálculo. Trata-se de uma forma específica de dessubjetivação que não elimina o sujeito, mas o reconfigura como suporte infraestrutural de processos algorítmicos. Ao operar assim, o corpo deixa de ser reconhecido como portador de experiência e passa a existir, para o sistema, como variável funcional, o que produz efeitos decisivos sobre o sofrimento, a agência e as possibilidades de reconhecimento.

3. O TRABALHADOR COMO PONTO: GPS, MÉTRICA E DESPERSONALIZAÇÃO

O trabalhador de plataforma desenvolve, ao longo do tempo, uma cartografia prática e afetiva da cidade. Conhece atalhos, horários críticos, zonas de risco; ajusta seu corpo ao terreno, ao clima, ao fluxo urbano. Esse saber situado, contudo, é irrelevante para o sistema que organiza seu trabalho. Para o algoritmo, o trabalhador aparece como uma coordenada móvel em um mapa digital, cuja trajetória deve ser otimizada segundo critérios abstratos. Chuva, fadiga, imprevisibilidade do trânsito ou necessidades fisiológicas só existem quando traduzidas em desvios estatísticos a serem compensados.

Essa redução não é apenas metáfora crítica, mas operação técnica central ao trabalho de plataforma. O que está em jogo não é apenas vigilância, mas a substituição da experiência vivida pela métrica processável, do mundo-da-vida pela coordenada calculável, da pessoa situada pelo nó logístico. A questão que se impõe é o que ocorre quando a experiência corporal do trabalho se torna irrelevante para sua coordenação.

Quando a experiência corporal se torna irrelevante para a coordenação do trabalho, produz-se um processo de despersonalização estrutural. O trabalhador deixa de ser reconhecido como

agente situado, portador de um saber prático construído na relação com o território, e passa a existir apenas enquanto vetor de deslocamento mensurável. A singularidade da experiência (o cansaço acumulado, o medo em determinadas zonas, a intuição incorporada sobre riscos e ritmos urbanos) não é negada explicitamente, mas simplesmente desconsiderada como fonte legítima de orientação. O poder algorítmico opera, assim, por indiferença ontológica à experiência vivida, substituindo-a por modelos abstratos que tratam corpos distintos como pontos equivalentes.

Produz-se, assim, uma clivagem entre o que é vivido e o que é contabilizado, entre o corpo que sente e o sistema que decide. Essa clivagem não apenas intensifica o sofrimento, mas fragiliza as possibilidades de elaboração simbólica e de contestação coletiva, uma vez que aquilo que não se traduz em indicador não adquire existência política.

3.1 GPS, Geolocalização e Produção do Corpo-Ponto

O *Global Positioning System* (GPS) costuma ser compreendido como ferramenta neutra de localização. Contudo, como demonstram os estudos sociais da tecnologia, nenhuma técnica é meramente instrumental: toda tecnologia organiza relações sociais e produz formas específicas de subjetividade (Winner, 1980; Latour, 1994). O GPS não apenas localiza corpos preexistentes, mas constitui um tipo particular de corpo, o corpo-ponto, reduzido à posição espacial e abstraído de sua densidade existencial.

Kitchin e Dodge (2011) mostram que tecnologias de geolocalização produzem *code/spaces*, espaços cuja existência depende inseparavelmente do *software* que os organiza. O espaço do trabalho de plataforma não é simplesmente representado, mas performativamente produzido por operações de rastreamento, cálculo de rotas e otimização de fluxos. Trata-se de um espaço calculado, radicalmente distinto do espaço vivido da cidade tal como experimentada por um corpo em movimento.

A fenomenologia permite explicitar essa diferença. Para Husserl (2012), o mundo-da-vida é o horizonte pré-teórico de toda experiência, anterior a qualquer formalização científica. Merleau-Ponty (2018) radicaliza essa perspectiva ao afirmar que o corpo não está no espaço como objeto, mas o habita por meio de um saber prático e pré-reflexivo. O trabalhador experiente não executa cálculos conscientes: seu corpo antecipa obstáculos, ajusta-se ao ambiente, incorpora ritmos e perigos.

É precisamente essa dimensão que o regime algorítmico elimina. Para o sistema, o espaço é uma grade homogênea de coordenadas equivalentes. Não há lugares, apenas localizações; não há esforço vivido, apenas distância métrica; não há tempo experienciado, apenas duração calculada. Essa redução opera uma verdadeira geolocalização existencial: o corpo não é apenas localizado, mas redefinido como entidade rastreável e calculável.

Sharma (2014) mostra como o capitalismo distribui desigualmente regimes temporais; no trabalho de plataforma, essa desigualdade se estende ao espaço. Enquanto gestores operam em *dashboards* abstratos, trabalhadores enfrentam fisicamente o território. No entanto, apenas o espaço-mapa é reconhecido como real pelo sistema. Rosenblat (2018) documenta conflitos recorrentes quando o trabalhador utiliza seu conhecimento local para desviar de rotas inviáveis e, por isso, é penalizado. O saber corporal é sistematicamente subordinado ao modelo abstrato.

3.2 Métricas, IA e a Quantificação da Subjetividade

Essa redução espacial é complementada por uma redução temporal e qualitativa. Se o GPS transforma o corpo em ponto no espaço, as métricas o transformam em ponto no tempo. Cada aspecto do trabalho é convertido em indicador: velocidade, taxa de aceitação, pontualidade, disponibilidade. A quantificação não é nova, mas a governamentalidade algorítmica intensifica sua continuidade, granularidade e automação.

O’Neil (2016) descreve esses sistemas como “armas de destruição matemática”: opacos, operando em escala e produzindo efeitos danosos. Mais do que medir, as métricas constituem a própria realidade do trabalho. Como mostram Espeland & Stevens (1998), a quantificação redefine aquilo que pretende avaliar. Trabalhar bem passa a significar otimizar indicadores, enquanto dimensões como cuidado, julgamento situado e resolução de imprevistos desaparecem.

Essa lógica articula-se à diferença ontológica entre cognição humana e inteligência artificial. Como mostram Boava et al. (2025), a IA opera sem corporeidade, calculando em um espaço onde dor, fadiga e limites fisiológicos não existem. Dreyfus (1992) já havia mostrado que a expertise humana é irredutivelmente encarnada, baseada em habilidades situadas que escapam à formalização. No trabalho de plataforma, essa limitação da IA torna-se produtiva: incapaz de compreender a experiência corporal, o sistema simplesmente a ignora.

Do ponto de vista da cognição, essa assimetria produz um efeito paradoxal: enquanto a experiência humana permanece situada, corporal e afetivamente orientada, o sistema algorítmico opera por abstração extrema, tratando decisões práticas como simples correlações estatísticas. Esse descompasso cognitivo não é um erro do sistema, mas uma condição de sua eficácia governamental. Ao excluir a corporeidade como fonte legítima de saber, a governamentalidade algorítmica redefine o que conta como racionalidade no trabalho, deslocando a experiência subjetiva para a periferia do processo decisório.

Don Ihde (1990) distingue tecnologias mediadoras de tecnologias incorporadas; aqui emerge um outro regime: a tecnologia como comando. O GPS não auxilia, determina; as métricas não informam, definem. Como descreve Power (1997), vive-se uma sociedade da auditoria, na qual os trabalhadores ajustam comportamentos para satisfazer indicadores, frequentemente à custa da saúde e da segurança.

Essa redução produz substitutibilidade radical. A autonomia propagandeada pelas plataformas é apenas formal (Boltanski; Chiapello, 2020): escolhe-se quando conectar, mas uma vez conectado, a conduta é rigidamente modulada. Van Doorn (2017) descreve essa lógica como descartabilidade *just-in-time*. A subjetividade resultante não internaliza normas, mas torna-se hipersensível a sinais (*rankings*, bônus, notificações) em um processo que Han (2015) descreve como autoexploração.

A negação do reconhecimento é central. Como argumenta Honneth (2009), a estima social depende do reconhecimento da contribuição singular. No trabalho de plataforma, essa singularidade é dissolvida em métricas genéricas, produzindo sofrimento moral (Abílio, 2020).

Apesar disso, o corpo não se deixa reduzir completamente. Ele adoece, falha, cansa e, por vezes, organiza resistência. Butler (2015) mostra como a vulnerabilidade corporal pode tornar-se força política. Greves, boicotes e sabotagens algorítmicas mobilizam corpos que o sistema tenta reduzir a pontos, revelando o limite irreduzível do cálculo.

A questão que permanece é política e subjetiva: como produzir solidariedade sob condições de despersonalização algorítmica? Como reivindicar dignidade quando se é tratado como variável? Para avançar nessa reflexão, é necessário examinar como a governamentalidade algorítmica captura não apenas movimento e produtividade, mas o próprio sofrimento corporal, tema da seção seguinte.

3.3 O Cansaço como Métrica: Quando o Sofrimento Vira Dado

O trabalho em plataformas evidencia uma mutação decisiva na relação entre sofrimento e governo do trabalho. A fadiga, tradicionalmente compreendida como limite da exploração, passa a operar como insumo informacional: a hesitação diante de uma nova chamada, a redução da velocidade ou a queda na taxa de aceitação não são interpretadas como sinais de exaustão corporal, mas como indicadores de desempenho. O sistema aprende com a exaustão, identifica limiares de resistência e ajusta incentivos para prolongar a extração de trabalho (a dor não interrompe o processo, ela o informa). O sofrimento permanece vivido, mas é esvaziado de seu sentido humano para ser convertido em sinal técnico, permitindo que o sistema monetize a própria vulnerabilidade biológica do trabalhador ao tratá-la como variável de ajuste contínuo.

Esse deslocamento tem implicações políticas diretas. Quando o sofrimento deixa de ser reconhecido como experiência legítima, enfraquecem-se as possibilidades de reivindicação coletiva e de responsabilização institucional. O limite corporal deixa de operar como critério normativo capaz de interromper ou questionar a organização do trabalho: a exaustão não é interpretada como sinal de excesso, mas como dado útil para recalibrar o sistema, redefinindo continuamente o que conta como desempenho aceitável. Produz-se, assim, uma normatividade algorítmica móvel, na qual os limiares de resistência humana são testados e ampliados sem jamais serem tematizados como problema ético ou político (o cansaço torna-se um problema individual de performance, e não uma questão social de organização do trabalho, com efeitos profundos sobre a saúde mental e os modos de subjetivação contemporâneos).

Essa dinâmica implica uma forma específica de silenciamento do sofrimento. Não se trata de negar a dor, mas de torná-la ilegível enquanto experiência que demanda escuta, cuidado ou interrupção. O sofrimento só adquire relevância quando traduzido em flutuações mensuráveis de desempenho, perdendo sua capacidade de interpelar o sistema como conflito ou injustiça. Governa-se, assim, sem escuta e sem responsabilidade direta, por meio de ajustes automáticos que dissolvem a relação entre sofrimento, decisão e responsabilização, deslocando a violência do campo da dominação explícita para o da gestão técnica.

3.4 Do Corpo Sensível ao Corpo-Métrica: Subsunção Algorítmica do Sofrimento

A redução do corpo a um conjunto de métricas integra-o a sistemas que pressupõem regularidade, previsibilidade e desempenho constante, reduzindo tanto corpo quanto subjetividade a padrões comportamentais processáveis. Como observa Crary (2014), o capitalismo contemporâneo opera segundo uma lógica 24/7, na qual o descanso não possui valor intrínseco e aparece apenas como ineficiência. No universo das plataformas, o cansaço não é um alerta vital, mas um defeito funcional a ser contornado.

Algoritmos não apenas ignoram a fadiga; eles aprendem com ela. Dyer-Witheford et al. (2019) descrevem esse processo como subsunção cibernética: comportamentos, ritmos e disposições subjetivas são modelados para fins produtivos. Rosenblat (2018) documenta estratégias como o despacho antecipado e bônus temporizados, calibrados para intervir precisamente no momento em que o trabalhador desacelera. O poder não age por comando direto, mas por indução ambiental, antecipando respostas antes que a reflexão consciente se imponha (Rouvroy; Berns, 2015).

Nesse regime, o tempo algorítmico entra em conflito estrutural com o tempo biológico. Enquanto Rosa (2019) descreve a aceleração como traço da modernidade tardia, Foster e Kreitzman (2004) lembram que ritmos circadianos e metabólicos são inegociáveis. O trabalhador de plataforma vive em permanente déficit, tentando ajustar sua biologia a um modelo temporal incompatível com a vida orgânica (Wajcman, 2016). A exaustão não é um desvio do sistema, mas um de seus efeitos normais.

A subsunção algorítmica do sofrimento não deve ser compreendida apenas como intensificação técnica da exploração, mas como forma histórica específica de poder. Diferentemente da subsunção formal ou real descrita por Marx (2013), aqui não se trata apenas de organizar o processo produtivo, mas de integrar diretamente a vida sensível aos circuitos de cálculo. Ritmos corporais, limiares de fadiga e disposições afetivas passam a ser continuamente testados e ajustados, não por decisão consciente de gestores, mas por sistemas automáticos que operam abaixo do limiar da deliberação humana. O poder deixa de se exercer sobre o trabalho e passa a operar sobre a própria plasticidade da vida.

Ao converter o corpo em métrica, a governamentalidade algorítmica produz uma violência sem autor identificável. Não há uma instância visível que decida pela intensificação do ritmo ou pela normalização da exaustão; há apenas ajustes sucessivos que distribuem o desgaste de forma estatística.

3.5 Dessubjetivação, Descartabilidade e Resistências Corporais

Quando o corpo é convertido em métrica, ele se torna estruturalmente substituível. Bauman (2005) já apontava a produção de populações supérfluas, mas nas plataformas essa superfluidade assume função central. O trabalhador não acumula trajetória nem reconhecimento; ele é um ponto produtivo temporário, descartável e reativável conforme a demanda. O “precariado” descrito por Standing (2016) aparece aqui em sua forma mais radicalizada.

Essa lógica aproxima-se do que Mbembe (2018) define como necropolítica: o poder não precisa eliminar ativamente; basta expor corpos ao esgotamento extremo e negar responsabilidade sobre suas consequências. Abílio (2019) mostra como essa descartabilidade é internalizada, produzindo ansiedade crônica e autovigilância exaustiva. A falha ontológica é evidente: sistemas algorítmicos não experienciam dor (Nagel, 1974) e, por isso, não reconhecem limites éticos imanentes à vida sensível (Boava et al., 2025).

McMillan Cottom (2019) denomina esse processo de inclusão predatória: oferecer acesso condicionado à exploração da vulnerabilidade. A promessa de autonomia converte-se em mecanismo de captura (Eubanks, 2018).

Apesar disso, o corpo não se deixa reduzir inteiramente à métrica. Trabalhadores desenvolvem práticas de desconexão, cooperação e solidariedade (Grohmann, 2020), reivindicando o reconhecimento da sua própria corporeidade. Como argumenta Fraser (2009), a justiça exige tanto redistribuição quanto reconhecimento. No contexto das plataformas, resistir é recusar a equivalência entre vida e dado.

Essas formas de resistência, contudo, são marcadas por ambivalência. Elas não emergem fora da racionalidade algorítmica, mas frequentemente a partir de seus próprios limites e falhas. A desconexão, a recusa momentânea, a desaceleração ou a cooperação informal entre trabalhadores não constituem, necessariamente, projetos políticos articulados, mas respostas corporais a condições de esgotamento extremo.

O corpo aparece, assim, menos como sujeito soberano da resistência do que como resto irreduzível do processo de cálculo. É precisamente nessa condição (como aquilo que falha, cansa, adoece e insiste) que ele adquire densidade política. Ao não coincidir plenamente com as métricas que o governam, o corpo revela o caráter histórico e contingente da governamentalidade algorítmica, abrindo espaço para a crítica e para a imaginação de outras formas de organizar o trabalho e a vida. Não se trata de afirmar um exterior puro ao poder, mas de reconhecer que toda racionalidade técnica produz seus próprios limites, e que é nesses limites que a política pode se reinscrever.

O cansaço permanece, assim, como a fronteira do incalculável. Existe sempre um excesso humano que escapa à previsão algorítmica. Se, para Heidegger (2012), ser humano é ser-no-mundo, a governamentalidade algorítmica fracassa ao tentar eliminar essa dimensão. O sofrimento que não se deixa quantificar continua sendo o solo a partir do qual a política pode surgir.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio partiu de uma questão: o que ocorre quando o corpo humano deixa de ser sujeito do trabalho e passa a operar como infraestrutura de sistemas algorítmicos? A análise desenvolvida ao longo do texto indicou que o trabalho mediado por plataformas digitais não representa apenas uma intensificação da exploração, mas uma transformação ontológica mais profunda: a conversão sistemática da experiência vivida em dado processável, do corpo em métrica operacional, da subjetividade em variável de otimização.

A ideia orientadora, de que o trabalhador de plataforma não trabalha com tecnologia, mas é governado por ela, mostrou-se menos uma metáfora crítica do que a descrição de operações técnicas concretas. O GPS não apenas localiza, mas constitui o trabalhador como coordenada georreferenciada; as métricas de performance não apenas avaliam, mas redefinem o que conta como trabalho legítimo; o cansaço, longe de funcionar como limite da exploração, é capturado como informação operacional, continuamente testada e expandida.

Essas operações convergem na produção do que denominamos corpo logístico. Diferente do corpo disciplinado da fábrica fordista ou do corpo flexível do pós-fordismo, o corpo logístico é integrado a sistemas de otimização contínua, tratado como infraestrutura substituível de circulação de valor. A genealogia traçada, da disciplina à logística, do Panóptico à calculabilidade algorítmica,

não descreve uma sucessão linear, mas a sobreposição de regimes de poder que se articulam de formas complexas na governamentalidade contemporânea.

A Inteligência Artificial que organiza o trabalho de plataforma não possui corporeidade e, portanto, não pode compreender o que significa ter um corpo. Essa lacuna não é apenas cognitiva, mas ontológica: a IA pode correlacionar sinais de fadiga, mas não experimentar a exaustão. Paradoxalmente, essa incompreensão torna-se produtiva, pois permite que o sofrimento seja tratado como variável técnica, e não como experiência legítima que exigiria interrupção ou cuidado.

A dissociação entre corpo vivido e corpo calculado produz violências específicas, nas quais o saber corporal situado é sistematicamente desvalorizado em favor de modelos abstratos. O conhecimento prático encarnado (saber quando parar, quando desviar, quando descansar) entra em conflito direto com sistemas que operam por antecipação estatística e ajuste automático.

Ainda assim, essa redução nunca se realiza plenamente. O corpo resiste tanto por sua materialidade irreduzível (adoecendo, falhando, colapsando) quanto por práticas deliberadas de resistência coletiva. Estratégias de solidariedade, desconexão e contestação jurídica demonstram que, mesmo sob condições de intensa modulação algorítmica, a agência não desaparece completamente, embora seja constantemente constrangida.

O caso do trabalho de plataforma revela, assim, uma racionalidade que ultrapassa esse setor específico. A governamentalidade algorítmica se expande por múltiplos domínios da vida social, convertendo qualidades em quantidades e experiências em perfis comportamentais. A fenomenologia lembra que sempre existe um mundo-da-vida que precede e excede qualquer formalização técnica. A tentativa de governar apenas por dados ignora essa dimensão fundamental da experiência humana.

Este ensaio não propõe soluções imediatas, mas busca nomear e compreender uma transformação estrutural na ontologia do trabalho. Procuramos demonstrar que o trabalho de plataforma não é apenas um problema econômico ou jurídico, mas um meio de produção contemporânea de subjetividades, onde o corpo vivido dá lugar ao corpo logístico.

O corpo logístico não é destino inevitável, mas construção histórica. Reconhecer isso é condição para disputar os sentidos da tecnologia, do trabalho e da vida em comum. Ao tornar visíveis as racionalidades que operam sob a aparência de neutralidade técnica, este ensaio pretende contribuir para uma crítica capaz de sustentar outras imaginações políticas, nas quais a tecnologia não opere contra a vida, mas em diálogo com suas condições sensíveis, éticas e coletivas

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. (2019). *Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado*. *Psicoperspectivas*, 18(3), 41-51. DOI: <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>
- ABÍLIO, L. C. (2020). *Uberização: A era do trabalhador just-in-time?* *Estudos Avançados*, 34(98), 111-126. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>
- AGAMBEN, G. (2009). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, Brasil: Argos.
- BAUMAN, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- BERARDI, F. (2009). *The soul at work: From alienation to autonomy*. Los Angeles, Estados Unidos: Semiotext(e).
- BOAVA, D. L. T., Macedo, F. M. F., Santana, A. C., Silva, S. E. D. & Souza, F. R. (2025). Fenomenologia da inteligência artificial: Entre a experiência humana e a lógica computacional. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 19(4), 25-50. Recuperado de <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/27119>
- BOAVA, D. L. T., Macedo, F. M. F., & Inácio, R. de O. (2025). Fenomenologia do turismo: uma abordagem integrada. *Ateliê Do Turismo*, 9(1), 1-25. DOI <https://doi.org/10.55028/at.v9i1.23722>
- BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, È. (2020). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- BUTLER, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- CASILLI, A. (2019). *En attendant les robots: Enquête sur le travail du clic*. Paris, França: Seuil.
- COWEN, D. (2014). *The deadly life of logistics: Mapping violence in global trade*. Minneapolis, Estados Unidos: University of Minnesota Press.
- CRARY, J. (2014). *24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo, Brasil: Cosac Naify.
- Deleuze, G. (2017). *Conversações*. São Paulo, Brasil: Editora 34.
- DREYFUS, H. (1992). *What computers still can't do: A critique of artificial reason*. Cambridge, Estados Unidos: MIT Press.
- DYER-WITHEFORD, N., KJØSEN, A. M. & STEINHOFF, J. (2019). *Inhuman power: Artificial Intelligence and the future of capitalism*. London, Reino Unido: Pluto Press.
- ESPELAND, W. N. & STEVENS, M. L. (1998). Commensuration as a social process. *Annual Review of Sociology*, 24, 313-343. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/223484>

Eubanks, V. (2018). *Automating inequality: How high-tech tools profile, police, and punish the poor*. New York, Estados Unidos: St. Martin's Press.

FOSTER, R. G. & Kreitzman, L. (2004). *Rhythms of life: The biological clocks that control the daily lives of every living thing*. New Haven, Estados Unidos: Yale University Press.

FOUCAULT, M. (2014). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

FOUCAULT, M. (2021). *Microfísica do poder*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra.

FOUCAULT, M. (2022). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

FRASER, N. (2009). *Scales of justice: Reimagining political space in a globalizing world*. New York, Estados Unidos: Columbia University Press.

GILLESPIE, T. (2014). The relevance of algorithms. In T. Gillespie, P. Boczkowski & K. Foot (Eds.), *Media technologies: Essays on communication, materiality, and society* (pp. 167-193). Cambridge, Estados Unidos: MIT Press.

GROHMANN, R. (2020). Plataformização do trabalho: Entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. *Revista Eptic*, 22(1), 106-122. Recuperado de <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12188>

HAN, B-C. (2015). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

HEIDEGGER, M. (2012). *Ser e tempo*. Campinas, Brasil: Editora Unicamp.

HONNETH, A. (2009). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Brasil: Editora 34.

HUSSERL, E. (2012). *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental*. Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária.

IHDE, D. (1990). *Technology and the lifeworld: From garden to earth*. Bloomington, Estados Unidos: Indiana University Press.

KITCHIN, R. & Dodge, M. (2011). *Code/space: Software and everyday life*. Cambridge, Estados Unidos: MIT Press.

LATOUR, B. (1994). On technical mediation: Philosophy, sociology, genealogy. *Common Knowledge*, 3(2), 29-64. Recuperado de <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/54-TECHNIQUES-GB.pdf>

LAZZARATO, M. (2006). *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.

MARX, K. (2013). *O capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo, Brasil: Boitempo.

MBEMBE, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo, Brasil: n-1 edições.

MCMILLAN COTTOM, T. (2019). *Thick: And other essays*. New York, Estados Unidos: The New Press.

MERLEAU-PONTY, M. (2018). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

NAGEL, T. (1974). What is it like to be a bat? *The Philosophical Review*, 83(4), 435-450. DOI <https://doi.org/10.2307/2183914>

O'NEIL, C. (2016). *Weapons of math destruction: How big data increases inequality and threatens democracy*. New York, Estados Unidos: Crown.

PASQUALE, F. (2016). *The black box society: The secret algorithms that control money and information*. Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press.

POWER, M. (1997). *The audit society: Rituals of verification*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

ROSA, H. (2019). *Aceleração: A transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo, Brasil: Editora Unesp.

ROSENBLAT, A. (2018). *Uberland: How algorithms are rewriting the rules of work*. Oakland, Estados Unidos: University of California Press.

ROUVROY, A. & Berns, T. (2015). Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?. *Revista Eco-Pós*, 18(2), 36–56. DOI <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v18i2.2662>

SENNETT, R. (2015). *A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Brasil: Record.

SHARMA, S. (2014). *In the meantime: Temporality and cultural politics*. Durham, Estados Unidos: Duke University Press.

STANDING, G. (2016). *The precariat: The new dangerous class*. London, Reino Unido: Bloomsbury.

STAR, S. L. (1999). The ethnography of infrastructure. *American Behavioral Scientist*, 43(3), 377-391. DOI <https://doi.org/10.1177/00027649921955326>

VAN DOORN, N. (2017). Platform labor: On the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. *Information, Communication & Society*, 20(6), 898-914. DOI <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1294194>

WAJCMAN, J. (2016). *Pressed for time: The acceleration of life in digital capitalism*. Chicago, Estados Unidos: University of Chicago Press.

WINNER, L. (1980). Do artifacts have politics? *Daedalus*, 109(1), 121-136. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/20024652>

ZUBOFF, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. New York, Estados Unidos: PublicAffairs.